



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

**Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação**

EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

ESCOLA DO CAMPO: EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUNICÍPIO DE PARANATAMA/PE¹

Amauri dos Santos Silva. Discente da UFRPE/UAG

RESUMO

A maneira que representamos o meio ambiente interfere diretamente no modo pelo qual agimos diante do mesmo. Dentro dessa percepção que está arraigada em nós, este trabalho teve como principal objetivo compreender qual a percepção que os alunos possuem a respeito do meio ambiente e do patrimônio cultural local, denominado Pedra do Navio. O estudo foi realizado tendo por base teórica uma visão sobre paisagem, educação ambiental, meio ambiente e patrimônio cultural. E para isso foram utilizados como principais teóricos (CALLAI, 2010), (BRASIL, 2001), (REIGOTA, 2010). Realizamos uma pesquisa ação em uma escola do campo multisseriada, envolvendo os seguintes sujeitos: os alunos do 3º e 4º anos. Dividimos nossa pesquisa em duas etapas, estas foram desde a observação simples até a nossa intervenção. Realizamos visitas a Pedra do Navio e desenhos para levantar a concepção sobre meio ambiente dos alunos. Os alunos na elaboração do primeiro desenho, em sua maioria, representou a Pedra do Navio com os elementos bióticos e abióticos, após nossa intervenção na elaboração de um segundo desenho foi quase unânime a mudança de percepção.

Palavras-chave: educação ambiental, patrimônio cultural, meio ambiente, educação do campo.

INTRODUÇÃO

¹ Esse trabalho é resultado de uma etapa da pesquisa realizada para a conclusão de Curso TCC, no curso de Licenciatura em pedagogia na Unidade Acadêmica de Garanhuns/UFRPE, 2014.

Consideramos² que a Educação Ambiental possui um caráter primordial na formação de cidadãos ecologicamente corretos, e que essa é a fonte para a construção de comportamentos aceitos perante a natureza. É de suma importância entender qual a percepção que a população do campo, mais especificamente, alunos da escola do campo tem em relação ao meio ambiente e, como este conjunto de pessoas age em relação à natureza. Sabe-se que é necessário existir uma harmonia entre sociedade e natureza, para que as gerações futuras não sejam prejudicadas.

Foi pensando nesse equilíbrio entre em que ressaltamos a relevância deste estudo onde abordamos a concepção dos alunos sobre meio ambiente, para posteriormente, trabalhar ações que possam contribuir para uma relação harmoniosa entre sociedade e meio ambiente.

Em nossa pesquisa trabalhamos com o seguinte questionamento: como os alunos têm agido perante o patrimônio cultural local e, conseqüentemente, qual a Percepção Ambiental que eles possuem sobre o meio ambiente?

Compreendemos que a escola está atuando na qualidade de uma ponte, onde poderá ser feita a ligação entre o homem e a natureza, pois através da educação podemos mudar atitudes e instaurar valores. Acreditamos em sensibilização que possam proporcionar ações práticas para que os alunos tenham contato com algo concreto e não somente com conceitos.

Os PCNs (2001) abordam que esta é a maneira adequada de trabalharmos temas relacionados sobre o meio ambiente, produzindo em nossos alunos o senso crítico capazes de atuarem na realidade as quais pertencem. Teoria e prática devem caminhar juntas, pois a dicotomia não será um bom caminho para a edificação de uma nova ética ambiental e, por conseguinte, cidadãos realmente críticos e participativos.

Uma abordagem sobre a educação ambiental na escola do campo³

² Por se tratar de uma pesquisa ação, em que o envolvimento com o objeto de estudo requer intervenção do pesquisador, optamos por utilizar na redação deste trabalho a 1ª pessoa do plural.

³ I Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo em Luziânia, GO em 1998, passou a utilizar a expressão “Campo” em vez da terminologia mais usual “meio rural”, a todos os residentes do meio rural por ser mais abrangente e se estender aos caiçaras, pescadores, extrativistas, indígenas, quilombolas, camponês, etc.

A educação ambiental é sem dúvida o caminho certo para a melhoria da relação do homem com a natureza. Quando nos referimos sobre a educação ambiental, especificamente para o campo, precisamos entender que esta realidade é diferente de outras, por exemplo, da realidade da cidade, em que o trabalho com a educação ambiental no campo deve ser voltado para os interesses desse público. Seguindo essa linha de raciocínio, Zakrzewski (2007, p. 201) defende que “as escolas do campo precisam de uma educação ambiental específica, isto é, baseada em um contexto próprio, votada aos interesses e as necessidades dos povos que moram no campo”.

A realidade do campo é heterogênea, portanto é necessário que respeitemos a demanda de cada localidade. A Educação Ambiental na escola do campo vem com o propósito de fazer com que os sujeitos se sintam pertencentes à comunidade para que possam comprometer-se com a realidade socioambiental. Quando possuímos o sentimento de pertencimento ao lugar, temos o desejo de cuidar do que é nosso.

Tradando-se de leis que regem a educação ambiental nas escolas, podemos citar uma breve menção que a LDB 9.394/96 trás em seu artigo 32, mais especificamente, nos incisos II e III onde descreve que:

- II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
- III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

Mesmo que superficial, a LDB aponta que a educação ambiental deve proporcionar ao aluno a compreensão do ambiente em que ele vive, bem como, captar qual a relação que vem sendo estabelecido entre sociedade e meio ambiente. Notamos ainda a preocupação na aquisição de habilidades para o desenvolvimento de atitudes e valores, agindo desta forma na criação de uma nova ética ambiental.

Em relação à educação do meio rural, educação do Campo, a LDB 9.394/96 em seu artigo 28, afirma que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente” nos,

I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

Fica claro que a educação para as pessoas do meio rural deve ser adaptada a sua realidade como já mencionamos anteriormente, principalmente quando abordamos a temática ambiental.

Trabalhando com esta ideia de respeito à realidade do Campo, a resolução nº 40, de 26 de Julho de 2011 afirma o seguinte:

Art. 1º Prover as escolas públicas de ensino fundamental que mantenham classes multisseriadas ou turmas seriadas do 1º ao 5º ano em escolas do campo com livros didáticos específicos no âmbito do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo).

Portanto, percebemos um pequeno avanço para a educação do Campo, onde é criado um material específico para as escolas do Campo. Este material retira a visão da educação no campo, onde até então eram assimilados os livros e metodologias da cidade pelo campo. A educação passa a ser voltada para o campo, respeitando o público específico e trabalhando com a realidade e interesses desta localidade. Uma educação que promova o respeito ao meio ambiente, já que estes estão diretamente ligados a esse meio.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação que surgiram no ano de 1997, são outro marco legal que regem a educação no Brasil, estes apontam para o trabalho com a educação ambiental como tema transversal, além de promover ações na construção de atitudes e valores.

No ano de 1999 é criada a lei 9.795 que estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), esta veio para validar o direito de acesso a educação ambiental na qualidade de componente essencial e permanente em todas as modalidades de ensino, além de indicar quais os princípios e objetivos que norteiam a educação ambiental nas escolas.

A educação ambiental é considerada o caminho mais eficaz para reestabelecer a relação entre homem e natureza que foi perdida ao longo do tempo. Depois de muito tempo, tendo a natureza como submissa a todos os caprichos do homem, ela dá sinais que necessita

de uma nova maneira de ser tratada, pois se isso não acontecer às consequências serão drásticas para a humanidade. Entra então o grande papel da educação, em especial, da educação ambiental que na visão dos PCN (2001) não deve ser confundida com uma disciplina específica, mas como um tema transversal que possa colaborar com todos os componentes curriculares.

Ao trabalhar com a temática ambiental precisamos unir teoria e prática para que possamos proporcionar uma reflexão em nossos alunos, consequentemente desenvolvendo a criticidade dos mesmos. O PCN (2001, p. 21) discorre sobre a função do trabalho como a educação ambiental no ensino fundamental,

A principal função do trabalho com o tema meio ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um mundo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos.

Para trabalharmos com a temática educação ambiental em sala de aula é preciso utilizar atividades práticas que levem os alunos a fazerem questionamentos em relação a sua realidade ajudando a desenvolver sua criticidade.

Romper o muro da passividade não é tarefa fácil, mas também não é impossível. O professor é peça fundamental, pois este pode promover atividades reflexivas e práticas, gerando nos alunos o fim da passividade perante a sua realidade. Mas para que isso ocorra é necessário que ele tenha um planejamento bem elaborado e vontade para agir em sua sala de aula. Promover ações em que os alunos possam solucionar problemas reais que estão no seu entorno. Porém, devemos lembrar que a instituição escolar não é a única a trabalhar com essa temática, a família e os meios de comunicação exercem uma forte influência sobre os alunos. Na maioria das vezes, essas informações são errôneas e acabam afetando o ensino na escola.

A educação ambiental é necessária em todos os espaços, sejam esses escolares ou não. A promoção de ações que possam sensibilizar toda comunidade é a tarefa da educação ambiental. A seguir iremos expor a visão que permeia o meio ambiente, bem como a definição de patrimônio cultural.

Visão sobre meio ambiente

O nosso trabalho toma por base a pesquisa de Reigota (2010) que classificou três formas de perceber o meio ambiente, tais são: *naturalista*, *antropocêntrica* e *globalizante*.

Ele trabalha com a ideia de que os professores apresentam diferentes maneiras de enxergar o meio ambiente. No seu trabalho de pesquisa que se propôs identificar a representação sobre meio ambiente, ele concluiu que dentro do grupo pesquisado houve quase uma unidade ao afirmar que a visão naturalista esteve presente na visão de uma boa parte dos professores.

A visão *naturalista* é vista como sinônimo de natureza. Na pesquisa de Reigota (2010, p. 76), ele subdividiu essa visão em dois grupos:

Metade dos professores representa o meio ambiente de maneira espacial, ou seja, ele corresponde ao lugar onde os seres vivos habitam. O outro subgrupo, por sua vez, divide uma concepção de meio ambiente enquanto elementos circundantes (bióticos e abióticos) ao homem.

As pesquisas realizadas por *Bezerra et al* (2008) e o próprio Reigota (2010) apontam que a grande maioria dos professores possui essa visão do meio ambiente, deixando de lado o contexto social, político, econômico em que os indivíduos estão inseridos.

A segunda visão ele denomina de *antropocêntrica*, onde a natureza está à disposição do homem para ser utilizada sem nenhum respeito à mesma. Reigota (2010, p. 77) discorre que “o homem é enquadrado como a nota dissonante do meio ambiente, ou seja, o componente depredador por excelência”.

Entendemos que a visão antropocêntrica que tem o homem no centro de tudo, nessa corrente o ser humano acaba se afastando dos demais integrantes do meio ambiente, considerando-se superior a outras formas de vida.

A terceira visão ainda classificada por Reigota (2010) é a *globalizante* que para ele foi a que menos apareceu na visão dos pesquisados. Esta é a visão mais abrangente, pois envolve um leque maior dos aspectos humanos tais como: sociais, econômicos, políticos e culturais. Essa visão proporciona a interdisciplinaridade no trabalho escolar, tendo em vista que o conhecimento não deve ser fragmentado, ao contrário, esses aspectos humanos caminham juntos e precisam ser visto em conjunto. Em relação a essa visão, Reigota (2010, p. 78) afirma que,

A compreensão do meio ambiente, enquanto interação complexa de configurações sociais, biofísicas, políticas, filosóficas e culturais parece distante de grande parte dos professores, visto a impossibilidade de estes incorporarem espontaneamente questões que perfazem a totalidade da problemática.

Fica claro que a visão globalizante possui uma forma de enxergar o meio ambiente abrangente, por envolver todos os elementos que compõem a natureza, desde os elementos bióticos⁴, quanto os abióticos⁵, além das interações sociais que acontecem nesses espaços. Se todos professores possuíssem essa visão, o ensino sobre meio ambiente teria outro caráter, além de formar indivíduos verdadeiramente conscientes e preocupados com o lugar onde moram.

A maneira que enxergarmos o meio ambiente influenciará diretamente o modo de agirmos perante a natureza. No item seguinte abordamos o que venha a ser o patrimônio cultural, tendo em vista que este está ligado à maneira que representamos o meio ambiente.

Patrimônio Cultural

Com o objetivo de promover o resguardo ao Patrimônio Cultural, têm surgido leis, decretos e órgãos que defendem estes bens culturais, seja ele material ou imaterial.

As primeiras leis de proteção ao Patrimônio Cultural surgem por volta do ano de 1937 como o decreto-lei nº 25, onde os bens culturais começaram a passar por um processo de tombamento, ou seja, foram registrados com o objetivo de serem protegidos por lei, além de serem conservados e restaurados. Mas para que estes bens pudessem ser tombados, precisam ser alvo de interesse do estado e da sociedade. Passam também por um amplo processo onde deverão ser enquadrados em um dos quatro livros de tombo que existem conforme o decreto nº 25.

Art. 4º O serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros de Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

- 1) No Livro do Tombo Arqueológico, Etnológico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

⁴ Referente aos organismos vivos e aos processos vitais.

⁵ Componente do ecossistema que não inclui seres vivos.

- 2) No Livro de Tombo Histórico e as cousas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) No Livro do Tombo das Belas Artes, as cousas de arte erudita nacional ou estrangeira;
- 4) No Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas nacionais ou estrangeiras.

A criação desta lei foi um marco para a proteção do Patrimônio Cultural, seja ele natural ou construído pelo homem. Todo patrimônio que de alguma forma apresenta-se como relevante para a sociedade, passa a ser considerado passível de tombamento.

O Instituto do Patrimônio Histórico Artístico e Nacional (IPHAN, 2009, p. 1-2) estabelece que:

O patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país, cuja conservação seja de interesse público, por sua vinculação a fatos históricos memoráveis ou por apresentarem excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Nessa definição de patrimônio adentram os elementos das paisagens naturais que apresentam valor histórico e cultural, além de sítios arqueológicos. Esse segundo caso evidencia a realidade na qual realizamos nosso trabalho. Pois, há existência de um patrimônio material na comunidade pesquisada, cujo valor arqueológico e paisagístico é imensurável.

Os bens culturais são classificados em materiais e imateriais segundo o IPHAN. Em relação ao patrimônio material, Funari e Pelegrini (2008, p. 26) discorrem que o patrimônio material é “a totalidade do mundo físico apropriado pelas sociedades humanas”. Na qualidade de patrimônio material podemos citar: construções, móveis, objetos, artesanato, desenhos e pinturas, registros fotográficos, entre outros.

Em relação ao patrimônio imaterial citamos: jeito de falar, jeito de trabalhar, histórias e mitos, costumes, tradição oral entre outros. Com isso, entendemos que o patrimônio abrange diversos elementos que constituem a sociedade, desde elementos naturais até aspectos que envolvem o próprio ser humano. Cabe a nós identificar esse patrimônio e cuidar do mesmo com o devido valor que ele merece.

Leitura da paisagem

Em relação a definição de paisagem Puntel e Verdum (2010, p.76), discorrem que são apresentadas duas construções lógicas para que haja uma definição do termo paisagem, a saber:

1. Como imagem que representa a vista de um recorte espacial, expressa na arte produzida a partir do séc. XVII, com significado pictórico/subjetivo, na busca de expressar elementos associados à natureza e a vida do cotidiano da (s) sociedade (s) humana (s); neste sentido, a paisagem seria a soma de muitos olhares e não só de um ponto de vista, como no caso do artista que a produziu;
2. como porção da superfície terrestre, em seu conjunto, sendo o produto de uma área modificada pelas forças geológicas/geomorfológicas, com significado objetivo, na busca de compreender a origem da forma, da estrutura e da funcionalidade associada a um número específico de elementos da natureza.

A definição de paisagem é subdividida, em imagem e porção da superfície terrestre. No primeiro caso, há o interesse de representar a paisagem através da arte. Nesta representação tenta-se interpretá-la com os elementos que a compõem, desde a natureza até a presença humana. Essa forma gera maneiras diferentes de representar a paisagem, pois cada artista possui um olhar diferente sobre a mesma.

A segunda definição de paisagem aborda a superfície terrestre, dentro de uma visão mais geográfica. Há a preocupação de entender quais foram as ações geológicas e geomorfológicas que fizeram com que determinada paisagem chegasse a tal estado. O foco maior está na estrutura física da paisagem.

É através da observação da paisagem que podemos identificar qual a relação do homem com os elementos da natureza. Como vimos, a definição de paisagem ultrapassa a visão de que é representada apenas pelos elementos geográficos, mas de expressar elementos cotidianos e que se fazem presentes em determinada paisagem.

A paisagem é o concreto, ela mostra coisas da nossa realidade, mas ela é imaginação, na medida em que representa coisas e objetos. As pessoas percebem a paisagem de maneira diferente e, isso está ligada as experiências vivenciadas pelos indivíduos.

A leitura da paisagem quando interpretada, levando-se em consideração os aspectos políticos, econômicos, espaciais e sociais, permite ao observador analisar a história daquele lugar, ultrapassando as barreiras do que está a sua frente, fazendo uma leitura crítica, levantando questionamentos tais como: qual interesse esse lugar despertou? Que lutas ocorreram nesse lugar? Como era a articulação das pessoas nesse lugar? Esses questionamentos levam as pessoas para além da paisagem, não se contentando apenas com o que veem, conforme ressalta Callai (2010, p. 38): “fazer a leitura da paisagem é, portanto,

uma possibilidade para que o lugar seja conhecido, percebendo a história, o movimento, a mobilidade territorial, a seletividade espacial, que são o resultado social”.

Portanto, a leitura da paisagem abre um leque de possibilidades, onde se percebe tudo que está em volta e entende-se o porquê de encontrar-se dessa forma. A cultura vai interferir na maneira de lidar com a natureza, por exemplo, em uma comunidade indígena, o modo de agir perante a natureza é harmoniosa. Já na cultura dita “branca” uma grande parcela dessa população age de forma agressiva diante do meio ambiente. Corroborando com essa ideia Callai (2010, p. 38), afirma que,

Por meio da cultura, muitas vezes territorializada no espaço de uma forma ou de outra, pode-se perceber os laços que os indivíduos estabelecem entre si, as formas de ação em relação ao ambiente, à natureza. Reconhecer a cultura local significa perceber a história do lugar, as origens das pessoas, as verdades e os valores que pautam as relações entre elas.

Entender a cultura do outro nos ajudará a compreender a forma de agir na paisagem, pois cada povo possui uma forma específica de agir perante a mesma.

METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS

A pesquisa que realizamos foi uma pesquisa-ação, pois nosso objetivo foi de intervir na realidade observada, isso em conjunto com o professor e alunos tendo em vista que essa dupla aliança é o caminho mais adequado para a conquista de objetivos em comum. Em relação a esse tipo de pesquisa, Severino (2007, p. 120) discorre que: “A pesquisa ação é aquela que, além de compreender, visa intervir na situação, com vista a modificá-la. O conhecimento visado articular-se a uma finalidade intencional de alteração da situação pesquisada”.

Para a coleta de dados, utilizamos os seguintes instrumentos: observação simples e produção de imagens. Com a observação simples pretendíamos identificar a forma que a professora trabalhava a temática ambiental, por isso nossa ênfase foi nas aulas de ciências, tendo em vista que ela nos informou que estava trabalhando essa temática com maior profundidade nesse componente curricular.

Tendo em vista que precisamos preservar a identidade da turma pesquisada, iremos nos remeter aos desenhos dos alunos, dando um número específico a cada aluno em algarismo

de 1 ao 9, seguindo nas figuras seguintes, sempre respeitando a ordem organizada na figura 1 que encontrasse na análise e discussão dos resultados.

A coleta de dados foi realizada do dia 22 de Outubro a 28 de novembro de 2013. Esse período foi escolhido, em virtude da proposta do município recomendar, especialmente, os temas relacionados ao meio ambiente no último bimestre. Para isso, foi elaborado o calendário de atividades que seria realizada durante toda a pesquisa, como forma de selecionar as etapas da intervenção sem afetar a programação do período letivo, conforme quadro 1 a seguir.

Calendário de atividades desenvolvidas durante a pesquisa

	Atividades	Mês	Datas 2013
1ª E T A P A	Visita à escola e apresentação do calendário e planejamento das atividades e 1ª observação	Outubro	Dia 22
	2ª observação: observar a aula de ciências e a prática pedagógica em relação ao tema meio ambiente.	Outubro	Dia 29
	3ª observação: observar a aula de ciências e a metodologia utilizada sobre o tema meio ambiente	Novembro	Dia 5
	Visita a Pedra do Navio e desenho da Pedra do Navio	Novembro	Dia 12
2ª E T A P A	Palestra sobre Educação Ambiental e Patrimônio Local.	Novembro	Dia 26
	Visita a Pedra do Navio e desenho da Pedra do Navio	Novembro	Dia 28

Quadro 1 - Fonte: elaboração própria

O universo da nossa pesquisa foi uma escola do campo com uma estrutura física regular, pertencente ao município de Paranatama – PE, do Agreste Meridional. O quantitativo é de 22 alunos, sendo estes distribuídos com 13 alunos no turno matutino e 9 no turno vespertino, onde são lecionadas em classes multisseriadas desde a educação infantil até o 4º ano.

A escola foi escolhida por está inserida nas proximidades do patrimônio Cultural denominado Pedra do Navio a 300 metros que vem sendo alvo de depredação dos visitantes. A pedra do navio com pinturas rupestres é formação rochosa (granito), situada a 8 km do centro da cidade de Paranatama, na comunidade rural que leva o seu nome.

A turma pesquisada corresponde a uma classe multisseriada, com alunos do 3º e 4º ano do ensino fundamental, no do turno vespertino. Composta de 9 alunos, sendo 3 alunos do 3º ano e 6 do 4º ano.

Resultado e discussão

A seguir apresentaremos os dados coletados em nossa pesquisa bem como os resultados que obtivemos. Em uma primeira análise discutimos sobre os resultados alcançados antes da nossa intervenção. Posteriormente, a discussão recai sobre os desenhos realizados após nossa intervenção. Ao longo da discussão notaremos a mudança de percepção dos alunos. Para melhor visualização colocamos todos os desenhos de cada etapa em um quadro.

A percepção dos alunos sobre a Pedra do Navio como patrimônio local após a visita com a professora

No dia 12 de Novembro de 2013, a professora levou os alunos da turma para uma aula de campo. Ela combinou com os alunos que iriam observar o que estavam vendo nas aulas teóricas. Ao chegar a Pedra do Navio eles foram questionados sobre: quais os tipos de plantas que existem próximo da pedra? O que vocês acham da pedra? O que é lixo? Os restos das plantas são que tipo de material? Os restos de plantas são reciclados? A medida que eles respondiam, ia expondo sobre o ambiente natural, destacando que os turistas estão depredando o Patrimônio Cultural da localidade.

Ao tratar do lixo que estava presente na Pedra do Navio, a professora envolveu seus alunos propondo que recolhessem todo o lixo que encontrassem no entorno da Pedra do Navio. Ao término da atividade, ela pediu para que os alunos observassem a Pedra do Navio, pois ao retornar a sala de aula, iriam fazer um desenho da pedra mostrando como a percebiam. Os desenhos elaborados pelos alunos estão abaixo na figura 1.

Desenhos da 1ª Visita a Pedra do Navio



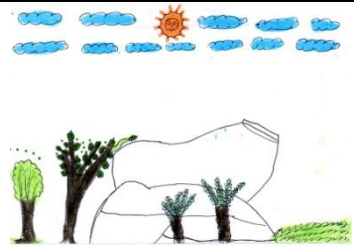
Aluno 1



Aluno 2



Aluno 3



Aluno 4



Aluno 5



Aluno 6

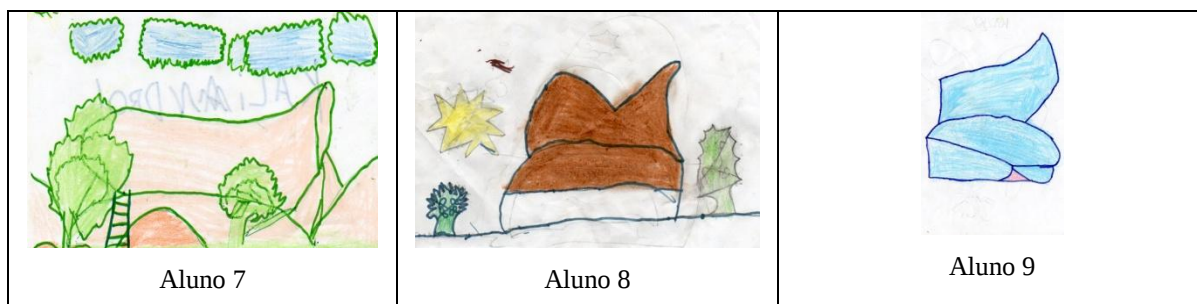


Figura 1

Fonte: elaboração própria

De forma geral os 9 alunos pesquisados não conseguiram expressar através dos desenhos a paisagem natural da qual pertencem de maneira detalhada. Sendo esta representada por uns poucos elementos que a constituem.

Algo que nos chamou a atenção dentre os 9 alunos, foi o aluno 3, que destacou as pichações contidas na pedra em seu desenho, no entanto, ele restringiu-se às pichações e plantas no seu entorno. Os demais, não apresentaram nenhum vestígio a respeito das pichações. Aparece em seus desenhos uma paisagem formada por elementos naturais, as nuvens, a presença do sol em alguns desenhos. Percebemos que eles não obtiveram uma percepção mais detalhada da paisagem que representaram.

O que nos inquietou ainda mais é que a professora havia mencionado esse elemento na aula de campo, além do mais, eles estiveram em contato com a Pedra do Navio e observaram não só as pichações, como colaboraram na coleta de lixo do entorno da Pedra do Navio. Mas não foram detalhistas ao representar em forma de desenhos essa paisagem. Entendemos que o planejamento da professora pode ter colaborado para que eles não detalhassem profundamente seus desenhos.

Mais da metade dos alunos apresentaram a visão naturalista (REIGOTA, 2010), onde abordaram a natureza apenas com os elementos bióticos e abióticos que compõem a Pedra do Navio. O aluno 1 foi o único que colocou a presença do homem na paisagem. Essa ideia corrobora com Verdum e Puntel (2010), pois eles discorrem que ao interpretar a paisagem expressamos os elementos associados à natureza e ao homem. Por outro lado, cada indivíduo tem percepção diferente sobre o mesmo objeto.

Outro desenho que merece destaque é o número 4, pois o aluno não colocou a presença humana diretamente, mas apresentou uma árvore que havia sido cortada, dando a entender indiretamente, a ação do homem perante o patrimônio. Abordamos essa visão como antropocêntrica (REIGOTA, 2010), tendo em vista que a natureza é submissa às necessidades do homem.

Tendo identificado a percepção dos alunos a respeito da Pedra do Navio, a seguir analisamos como eles percebem o espaço que os rodeia, bem como tentamos identificar qual a sua relação com o lugar ao qual pertence.

Percepção dos alunos sobre a Pedra do Navio como patrimônio local

No dia 26 de Novembro demos continuidade a segunda etapa da nossa pesquisa, neste dia realizamos uma intervenção, através da palestra sobre educação ambiental e patrimônio natural. Cujos objetivos da palestra foram: ampliar a visão sobre meio ambiente, entender o que é patrimônio natural, perceber a importância do cuidado do Patrimônio Cultural da Pedra do Navio e refletir sobre a realidade local e global.

Inicialmente dividimos a palestra em 5 momentos. Primeiro momento fizemos as seguintes indagações: o que é meio ambiente? Existe mais de um tipo de meio ambiente? O que é patrimônio natural?

No segundo momento, apresentamos o texto: “Vejo a árvore” que está presente no manual de educação ambiental e conservação do solo e água, 1982. Depois fizemos uma discussão sobre o texto, abordando as mudanças que o texto trás sobre o meio ambiente.

Em um terceiro momento exibimos um vídeo intitulado “A carta da terra do ano de 2070”. Pretendíamos estimular os alunos para que dialogassem sobre o que a ação do homem pode provocar se não for mensurada, podendo atingir o futuro da humanidade no planeta terra.

Posteriormente, no quarto momento apresentamos o que venha a ser patrimônio natural e para isso utilizamos um texto do IFHAN. Por fim, foram apresentadas fotos da Pedra do Navio que demonstraram as pichações e o lixo, onde passamos a questionar os alunos: por que isso acontece? Quem são os responsáveis por tais mudanças?

Em um momento final da nossa intervenção levamos os alunos para observar a Pedra do Navio. Voltando para a sala de aula solicitamos que fizessem um desenho como percebiam a referida pedra. Queríamos constatar a mudança ou não na percepção dos alunos após nossa intervenção. Na figura 2 a seguir apresentamos os desenhos dos nove alunos após nossa intervenção.

Desenhos da 2ª Visita a Pedra do Navio

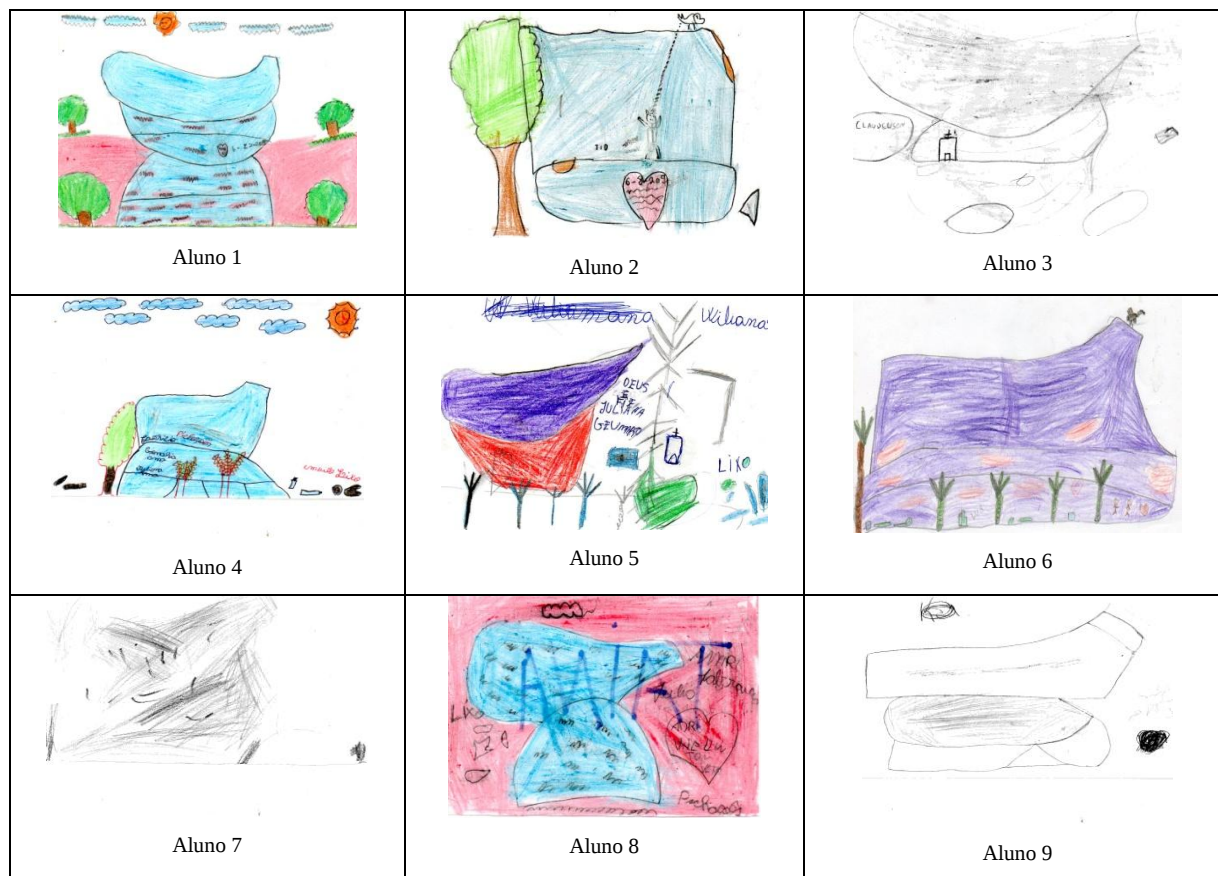


Figura 2

Fonte: elaboração própria

Ao observarmos os desenhos da 2ª visita a Pedra do Navio, notamos que 8 dos 9 alunos pesquisados apresentaram mudança na percepção que têm sobre o Patrimônio Cultural a Pedra do Navio e como vem sendo tratado. Entendemos que nossa intervenção, através das ações que planejamos minuciosamente com a professora, apresentou resultados, tendo em vista que a maioria absoluta dos alunos mudaram sua percepção. Os alunos 1, 2, 3 e 7 destacaram as pichações, colocaram até os letreiros iguais aos das pichações originais. Os alunos 4, 5, 6 e 8 foram mais detalhistas, pois perceberam as pichações, os escritos originais, ou seja, as pinturas rupestres, além de representar o lixo que é deixado pelos turistas quando visitam a Pedra do Navio. Esses alunos fizeram a leitura da paisagem abordando os aspectos históricos, ultrapassando a visão superficial do que está a sua frente (CALLAI, 2010). Somente o aluno 9 manteve a mesma visão sobre a pedra visitada.

Outro fator que nos chamou atenção foram os alunos 2 e 6 que colocaram a presença humana em seus desenhos. O aluno 2 foi tão detalhista que destacou um fato acontecido no dia da primeira visita a Pedra do Navio, onde um urubu defecou na cabeça de um dos alunos.

Foi quase unânime a preocupação em retratar o lixo e as pichações. Os alunos 4, 5, 6 e 8 ao representar como os turistas utilizam esse espaço, procuraram destacar como o meio ambiente é agredido com lixo depositado. Tal foco pode estar associado ao fato de termos insistido em uma nova ética de agir perante o patrimônio local, culminando com a produção do vídeo para ser apresentado a comunidade, além de externar a preservação do meio ambiente.

Comparando o primeiro desenho com o segundo, onde houve nossa intervenção, percebemos uma mudança significativa na percepção dos alunos. Pois no primeiro momento apenas 1 aluno apresentou a depredação causada pelo homem sobre a Pedra do Navio, enquanto que no segundo desenho esse número passou de 1 para 8 alunos. Isso nos mostrou que a maneira pela qual planejamos nossa intervenção foi de grande importância, tendo em vista que houve uma mudança significativa na forma de representar a paisagem local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cuidado com o meio ambiente está diretamente ligado à representação que fazemos dele, como possuímos o sentimento de pertencimento ao lugar em que vivemos, logo temos a vontade de agir e cuidar do que é nosso. A afetividade contribui, por exemplo, para que possamos conservar o patrimônio cultural ao qual nos identificamos e somos representados por ele, seja esse material ou imaterial.

O nosso trabalho teve como foco tentar compreender como estava sendo estabelecida a relação entre os alunos e o patrimônio cultural denominado de Pedra do Navio, bem como estes a percebiam.

Nosso objetivo foi analisar qual a concepção dos alunos na perspectiva do meio ambiente e a importância da “Pedra do Navio” como patrimônio cultural. Através deste estudo, onde utilizamos uma metodologia participativa, intervimos na realidade, primeiramente com teoria e, posteriormente, com a prática. Em nossa intervenção os alunos foram incentivados a refletir sobre o Patrimônio Cultural, isso pode ser o responsável na mudança da percepção dos alunos.

Enquanto no primeiro momento os alunos representaram a Pedra do Navio, dando ênfase aos elementos bióticos e abióticos que estão ligados a Pedra do Navio. Após nossa

intervenção, foi quase unânime a mudança na percepção, quando estes passaram a representar através dos desenhos, as pichações e o lixo que possui na Pedra do Navio. Entendemos que a metodologia que utilizamos pode ter interferido. Se quisermos formar cidadãos críticos e participativos, precisamos desenvolver ações bem planejadas, além de ultrapassar os muros da escola e partir da teoria para a prática.

Este estudo foi o início para a sensibilização dos alunos, há muito para ser pesquisado e trabalhado, em um primeiro momento são satisfeitas as nossas necessidades, mas não damos por encerrado o nosso trabalho de pesquisa e sim como o começo para estudos posteriores.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, T. M. O. ; *et al.* **Percepção ambiental de alunos e professores do entorno da estação ecológica de Caetés- região metropolitana do Recife- PE.** Recife, p. 147- 160, mar. 2008. Disponível em <<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/download/.../18990>> Acesso em: 18 abr. 2013.

BRASIL. Decreto-lei nº 25/37. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.**

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Estabelece as diretrizes e base da educação nacional.** Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Lei ordinária n. 9795/99. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a política nacional de educação ambiental e dá outras providências.** Brasília: Diário Oficial da união, 1999.

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais. **Meio ambiente e saúde.** Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Resolução nº 40/11. **Dispõe sobre o programa do livro didático do campo para as escolas do campo.** Brasília: Diário Oficial da União, 2011.

CALLAI, H. C. Escola, cotidiano e lugar. In: BUITONI, M. M. S.(Org.). **Geografia: ensino fundamental.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

FUNARI, P. P. A. PELEGRINE. S. C. A. **O que é patrimônio cultural imaterial.** São Paulo: Brasiliense, 2008.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5º ed. São Paulo: atlas, 2008..

IPHAN. **Patrimônio natural do Brasil**: Brasília, 2009. Disponível em: <portal.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=418> Acesso em: 26 nov. 2013.

PUNTEL, G. A.; VERDUM, R. Espaço geográfico e paisagem. In: BUITONI, M. M. S. (Org.). **Geografia: ensino fundamental**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

REIGOTA, M. **Meio ambiente e representação social**. 8º ed. São Paulo: Cortez, 2010.

.

SEVERIO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23º ed. São Paulo: Cortez, 2007.

ZAKRZEWSKI, S. B. A educação ambiental nas escolas do campo. In: MELLO, S. S. TRAJBER, R. Vamos cuidar do Brasil: **conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: UNESCO, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>>. Acesso em: 24 de dez. 2013.